

CLIPPING IMPRESSO 16/09/2015



INDICE

 JORNAL CORRETO DE NOTICIAS		
1.1. EVENTOS	1 -	2
JORNAL ESTADO DO MARANHÃO		
2.1. CNJ	3	
2.2. DECISÕES	4 -	5
2.3. SINDJUS	6 -	8
JORNAL EXTRA		
3.1. DECISÕES	9	
JORNAL PEQUENO		
4.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO	10	
4.2. COMARCAS	11	
4.3. OHYTDORTA	12	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - EVENTOS 16/09/2015 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS 1º CADERNO - OPINIÃO - PAG.: 2

POSITIVA - CM.: 36 (9 x 4 col)

Barreirinhas vai sedir Encontro de Corregedores em novembro

OPINIÃO

Barreirinhas vai sediar Encontro de Corregedores em novembro

Reunido no Rio de Janeiro no final do mês de agosto, o Colégio de Corregedores definiu que o próximo encontro da entidade (Encoge) será realizado na Cidade de Barreirinhas, nos dias 18, 19 e 20 de novembro.- Pag. 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - EVENTOS 16/09/2015 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS 1º CADERNO - OPINIÃO - PAG.: 2

POSITIVA - CM.: 36 (9 x 4 col)

Barreirinhas vai sedir Encontro de Corregedores em novembro

Barreirinhas vai sediar Encontro de Corregedores em novembro

Reunido no Rio de Janeiro no final do mês de agosto, o Colégio de Corregedores definiu que o próximo encontro da entidade (Encoge) será realizado na Cidade de Barreirinhas (254Km são Luís), nos dias 18, 19 e 20 de novembro. Durante o encontro a corregedora do Maranhão e presidente da entidade, desembargadora Nelma Sarney, fará a prestação de contas e conduzirá a eleição da mesa diretora do colegiado para o ano de 2016.

Encontros internos para definir tema e programação já movimentam a Corregedoria maranhense e uma equipe de servidores da Corregedoria já trabalha nos preparativos. Considerado o evento mais importante para discutir ações voltadas para a atuação do Judiciário no 1º grau de jurisdição, esta edição do Encontro de Corregedores mais uma vez terá a proposta de debater assuntos que repercutem na melhoria dos serviços prestados ao cidadão.

Nelma Sarney aguarda com entusiasmo mais uma edição do encontro, que vai marcar o final de sua gestão tanto na Presidência do Colégio como na Corregedoria da Justiça. "Mais uma vez o Maranhão abre as portas para receber corregedores de todo o Brasil para debater questões fundamentais à Justiça. È nesta oportunidade será especial, pois marcará o encerramento de duas gestões que teve a marca do trabalho e compromisso de uma equipe dedicada em fazer o melhor em favor do cidadão", afirmou.

Encoge – O Encontro de Corregedores é realizado três vezes ao ano, a cada quatro meses, e congrega corregedores de Justiça de todo o Brasil. A finalidade do evento é promover o intercâmbio de boas práticas, contribuindo para a melhoria da qualidade e para a prestação mais uniforme dos serviços judiciais em todo o Brasil.

Atualmente o Colégio se constitui uma das mais importantes entidades do Sistema de Justiça, uma vez que reúne representantes de todo Brasil que propõem medidas concretas para o aperfeiçoamento do Judiciário.

Outro fator que garante importância às proposições emanadas do Colégio é a constatação de que as corregedorias da Justiça são responsáveis pelo acompanhamento das atividades judiciais do chamado 1º grau, onde deságuam cerca de 90% dos processos judiciais no Brasil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - CNJ 16/09/2015 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 4º CADERNO (ALTERNATIVO) - PH - PERGENTINO HOLANDA - PAG.: 2 NEUTRA - CM.: 9 (9 x 1 col)

Audiências de Custódia

Audiências de Custódia

Todos os judiciários estaduais terão de implantar, dentro de três meses, as Audiências de Custódia. A determinação é do Supremo Tribunal Federal e prevê que todo preso em flagrante deve ser apresentado a um juiz em até 24 horas após a detenção. Assim, o magistrado avalia os riscos sociais e decide se ele pode ou não responder ao processo em liberdade. Atualmente, 17 Estados já adotam a medida, que vem apresentando resultados expressivos. Segundo balanço do Conselho Nacional de Justiça, com dados de sete Estados até 14 de agosto, 45% dos presos ouvidos acabaram liberados pelo juiz.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DECISÕES 16/09/2015 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 1º CADERNO - POLÍTICA - PAG.: 3

POSITIVA - CM.: 104 (26 x 4 col)

Justiça desobriga Governo de bancar hospital

Nova decisão

Justiça desobriga Governo de bancar hospital

Diferentemente do que O Estado informou ontem, o Governo do Estado não está obrigado a repassar R\$ 100 mil para manutenção do hospital do município de Bernardo do Mearim. Em nova decisão, datada do dia 27 de agosto, o Tribunal de Justiça desobrigou o governo a fazer o repasse. **POLÍTICA 3**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DECISÕES 16/09/2015 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 1º CADERNO - POLÍTICA - PAG.: 3

POSITIVA - CM.: 104 (26 x 4 col)

Justiça desobriga Governo de bancar hospital

Justiça desobriga governo a bancar hospital municipal de Bernardo do Mearim

Nova decisão, assinada pela desembargadora Maria das Graças Duarte, se sobrepõe à anterior, que obrigava Governo a repassar R\$ 100 mil ao município

RONALDO ROCHA Da editoria de Política

iferentemente do que O Estado informou ontem, o Governo do Estado não está obrigado a repassar R\$ 100 mil para manutenção do hospital de Bernardo do Mearim. Em nova decisão, do dia 27 de agosto, o Tribunal de Justiça desobrigou o governo a fazer o repasse. O dinheiro seria utilizado para assegurar a manutenção e funcionamento do hospital, que acabou sendo fechado no início do ano em decorrência do corte nos repasses.

A decisão, proferida pela desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes, portanto, se sobrepõe à decisão da presidente do TJ, desembargadora Cleonice Freire, que, como O Estado divulgou ontem,



Prefeitura de Bernardo do Mearim vai ter que arcar com os custos de manutenção do hospital

Ação foi protocolada após fechamento

obrigava o Governo a repassar o dinheiro para Bernardo do Mearim.

A desembargadora Cleonice Freire havia rejeitado o pedido de suspensão de tutela antecipada no dia 20 de agosto. Nessa data, portanto, o governo estava obrigado a repassar os recursos ao município.

A Procuradoria Geral do Estado, contudo, ingressou com um agravo de instrumento, apreciado pela desembargadora Maria das Graças Duarte, e conseguiu a suspensão da decisão de primeiro grau.

Ação

O processo que resultou na disputa judicial, por parte do Governo do Estado, pela desobrigação em repassar os recursos para o município de Bernardo do Mearim, foi ajuizado na Justiça Estadual pelo Ministério Público.

A ação foi protocolada logo após o fechamento do hospital de 20 leitos, construído por meio do programa Saúde é Vida, ganhar repercussão nacional.

O Governo do Estado cortou o repasse de R\$ 100 ao município, com a justificativa de que iria reavaliar a tabela de convênio do Estado com os municípios para a Saúde.

Na ocasião do fechamento, o prefeito de Trizidela do Vale, Fred Maia, foi quem fez a denúncia em Brasília,

ADESÃO

Prefeitura precisa assinar termo

Por meio de nota, a Secretaria de Estado da Saúde afirmou que a gestora do município de Bernardo do Mearim ainda não fez adesão ao termo de Incentivo Estadual de Qualificação da Gestão Hospitalar, fundo complementar instituído por meio de portaria para regulamentar a transferência de recursos do Estado aos municípios que receberam hospitais de 20 leitos. numa reunião de gestores municipais com o vice-governador do estado, Carlos Brandão (PSDB) e membros da bancada maranhense na Câmara. Ele argumentou que o hospital de Trizidela do Vale estava sobrecarregado em decorrência do fechamento do hospital de Bernardo do Mearim.

O MP então constatou o fechamento da unidade de saúde, e ingressou com a ação na Justiça Estadual, julgada procedente em primeira instância, para obrigar o Governo a solucionar o problema.

O Governo, então, recorreu, primeiro à presidente do TJ e em seguida à desembargadora Maria das Graças, e ficou agora, desobrigado de repassar o dinheiro. O Ministério Público deverá recorrer da decisão. ●



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - SINDJUS 16/09/2015 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 5

NEGATIVA - CM.: 72 (12 x 6 col)

Onda de protestos causa transtornos por toda a cidade

Manifestações

Onda de protestos causa transtornos por toda a cidade

GERAL 5



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - SINDJUS 16/09/2015 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 5 NEGATIVA - CM.: 72 (12 x 6 col)

Onda de protestos causa transtornos por toda a cidade

Vigilantes protestam e interditam avenida

Eles trabalham na rede municipal de educação, reivindicam o pagamento de salários atrasados e criticam também demissões em massa que estão ocorrendo

Vigilantes que fazem a segurança de escolas da rede municipal de educação de São Luís realizaram ontem um protesto e bloquearam a Avenida Senador Vitorino Freire, no bairro Areinha, em São Luís. Eles protestaram contra o atraso no pagamento dos seus salários e as demissões em massa que estão acontecendo nos últimos meses.

Os manifestantes se concentraram próximo ao prédio onde funciona a Justiça Federal e interromperam o fluxo de veículos ao longo da avenida. Em um determinado momento, eles realizaram uma grande corrente, dando as mãos uns para os outros, pelos dois lados da via. O trânsito ficou

congestionado na via.

Durante a tarde, os manifestantes realizaram um novo ato na Avenida Beira-Mar, próximo ao Terminal de Integração da Praia Grande. Durante o protesto, eles denunciaram que nos últimos

Vigilantes farão assembleia no dia 23 deste mês

meses mais de 400 vigilantes foram demitidos.

Por causa dessa situação, o Sindicato dos Vigilantes do Estado do Maranhão (Sindvig-MA) convocou a categoria para uma assembleia no dia 23 deste mês na sede da entidade, no centro da cidade, para discutir quais as medidas que serão tomadas pelos vigilantes para resolver essa situação.

O Estado tentou contato com a Secretaria Municipal de Educação (Semed), Geraldo Castro, em busca de um posicionamento a respeito das reivindicações dos vigilantes, mas as ligações feitas para o seu celular não foram atendidas.

Judiciário

Amanhã, os servidores do Judiciário estadual farão uma parali-



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - SINDJUS 16/09/2015 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 5

NEGATIVA - CM.: 72 (12 x 6 col)

Onda de protestos causa transtornos por toda a cidade



Vigilantes bloquearam ontem as duas vias da Avenida Vitorino Freire

sação de advertência em frente ao Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro do Calhau. Durante o ato, eles vão se manifestar com apoio aos servidores da Justiça Federal, que já estão em greve.

A manifestação, que acontecerá apenas pela manhã, está sendo organizado pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus/MA). De acordo com o presidente da entidade, Anibal Lins, a catego**66** Estamos cobrando do Tribunal de Justiça a reposição das perdas inflacionárias de 2014"

ANIBAL LINS. presidente do Sindjus/MA

ria está reivindicando, principalmente, a reposição anual das perdas inflacionárias.

"É uma paralisação de advertência. Estamos cobrando do Tribunal de Justica a reposição das perdas inflacionárias de 2014. Não estamos pedindo nada indevido que não esteja na Constituição ou na Lei de Responsabilidade Fiscal", afirmou o líder sindical. Ele observou que apenas os tribunais de Justiça de quatro estados, incluindo o Maranhão, não pagaram as perdas inflacionárias para os servidores.

Plenária

Durante a tarde, haverá uma plenária na sede do Sindjus/MA com a participação de sindicatos que representam servidores públicos e demais centrais sindicais, quando será discutida a continuidade do movimento e a campanha dos servidores públicos para a manutenção dos 21,7% incorporados aos vencimentos do funcionalismo.



1º CADERNO - POLÍTICA - PAG.: 3 NEUTRA - CM.: 36 (18 x 2 col)

Ministério Público acusa ex-prefeita de doar cheque para marido

Ministério Público acusa ex-prefeita de doar cheque para marido

O Ministério Público do Maranhão acusa a ex-prefeita de Montes Altos (MA), Patrícia Castilho, em denúncia por desvios de R\$ 90 mil. A Promotoria afirma que Patrícia Castilho, o marido e aliados se beneficiaram de verbas públicas de um instituto de previdência. Ela teria passado cheques de R\$ 33.500 ao marido.

As informações foram divulgadas pelo site do Ministério Público Estadual na quarta-feira (9). Patrícia foi prefeita do município entre 1997 e 2000, eleita pelo então PFL, atual DEM. Ela recebeu 2.914 votos.

Montes Altos tem, atualmente, cerca de 9 mil habitantes. O município fica a 670 quilômetros da capital São Luís.

A ex-chefe do Executivo de Montes Altos foi denuncia-da pelo Ministério Público do Maranhão, por meio do Grupo de Promotores Itinerantes (GPI), com o marido Nélson Castilho, também ex-prefeito da cidade, o cunhado Nilberto Castilho e Izalete Miranda da Silva. Segundo a investigação do Ministério Público, os denunciados desviaram R\$ 90 mil do patrimônio do Instituto de Previdência e Assistência

Social (Impas) de Montes Altos, que foi extinto em 2001.

Após a extinção do Impas, afirma a Promotoria, a então presidente do órgão, Izalete Miranda da Silva, a pedido da prefeita, retirou a quantia de R\$ 90 mil, equivalente ao patrimônio que restou do instituto, e a depositou na conta da Prefeitura de Montes Altos, em 4 de julho de 2001. Parte do valor teria sido distribuído, por meio de cheques assinados por Patrícia Castilho, para Nelson Castilho – R\$ 33.500, divididos em quatro cheques -, para si própria – R\$ 7 mil -, ao cunhado Nilberto Castilho – R\$ 2.500 – e Izalete Miranda – R\$ 7.500, em duas vezes, uma de R\$ 5 mil e outras de R\$ 2.500.

Para os membros do Ministério Público, os denunciados incorreram nas penas do decreto 201/1967, que define os crimes de responsabilidade dos prefeitos. Com a condenação pela justiça, o Ministério Público busca o ressarcimento do dano ao erário, cabendo ao Judiciário fixar o valor mínimo para reparação, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, conforme estabelece o Código de Processo Penal.



POSITIVA - CM.: 8 (4 x 2 col)

Nova data para o casamento comunitário

Nova data para o casamento comunitário

Foi adiado para o dia 23 de outubro o casamento comunitário que a Corregedoria Geral da Justiça promoveria no próximo dia 19. O local do evento também mudou e o casamento acontece no Centro de Convenções da Ufma (Bacanga). O início da cerimônia está marcado para as 18h. A orientação da organiza-

ção do evento é para que os 1352 casais inscritos cheguem ao local a partir das 15h, munidos do protocolo de atendimento recebido quando da inscrição a fim de receber a certidão de casamento. Bolo confeitado, decoração, música, brindes e outras atrações preparadas para a ocasião prometem animar o evento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - COMARCAS 16/09/2015 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - ESTADO - PAG.: 6

POSITIVA - CM.: 48 (12 x 4 col)

Estado deve custear despesas com cirurgia de criança em Pedreiras

Estado deve custear despesas com cirurgia de criança em Pedreiras

Em decisão datada da última sexta-feira (11), o juiz Marco Adriano Ramos Fonseca, titular da 1^a Vara da Comarca de Pedreiras, determinou ao Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, o custeio das despesas referentes à cirurgia de esfíncter a que deve ser submetida, em caráter de urgência, uma menina acometida de patologia nas alças intestinais. O bloqueio do valor foi efetivado na data da decisão, e a cirurgia deveria ser realizada ontem (15), em hospital da rede particular da cidade de Teresina (PI), conforme recomendações médicas. A decisão do magistrado atende a pedido de tutela antecipada em Ação Civil Pública interposta pelo Ministério Público Estadual em desfavor do Estado do Maranhão. Segundo o juiz, "o processo

teve prioridade na tramitação e apreciação, posto que envolve saúde e criança que está com risco de vida", o que determinou a celeridade da decisão e o bloqueio do valor pleiteado na ação para os custeios da cirurgia. "A ação foi proposta às 12h31 e a decisão foi concedida às 13h49 do mesmo dia. Os valores já foram bloqueados na conta do Estado do Maranhão na sexta feira à tarde e já estão disponibilizadas para a família da criança", frisou o magistrado.

De acordo com ação do MPE, a garota, com 3 anos de idade, foi diagnosticada com a patologia "Distensão Difusa das Alças Întestinais e Colônias", durante consulta médica especializada realizada na cidade de Teresina.

Ainda segundo a ação, o tratamento se deu inicialmente com medicamentos. Ao longo das consultas e do tratamento com médico pediatra, porém, foi "diagnosticada e indicada a necessidade de realização, em caráter de urgência", de procedimento cirúrgico denominado Esfincteroctomia, uma vez que "a enfermidade compromete a qualidade de vida da criança e a expõe a risco, podendo levá-la a óbito, caso não seja solucionado com rapidez", tendo sido a referida cirurgia agendada para esta data (15/09).

Consta da ação que o pai da criança não possui as condições financeiras suficientes para custear as despesas com o deslocamento e a cirurgia, orçados em R\$ 4,5 mil, razão pela qual a família recorreu à Justiça.

Segundo o juiz, "da farta do-cumentação anexada ao processo infere-se que a menina realmente é portadora das privações de saúde mencionadas, necessitando se submeter ao procedimento cirúrgico, em caráter de urgência, indicado pelo médico que acompanha a paciente".

Nas palavras do magistrado, "a demanda versa, eminentemente, sobre dignidade da pessoa humana, elevada constitucionalmente ao nível de fundamento da República Federativa do Brasil, conforme consagrado no art.1º, inciso III, da nossa Carta Magna, ao se verificar o estado de saúde da autora e sua impossibilidade econômica para prover as despesas inerentes ao tratamento médico/ procedimento cirúrgico recomendado pelos especialistas".

"O que está em debate aqui, pelos termos do prisma constitucional, é o que posso chamar de mínimo existencial à dignidade da vida humana: a saúde, razão pela qual se impõe medidas de eficácia que objetivem resguardar e promover tal interesse publico indisponível, tal como o de determinar que o requerido preste imediatamente a pretensão deduzida, em caráter antecipatório", conclui Marco Adriano. (Ascom TJMA)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - OUVIDORIA 16/09/2015 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - ATOS, FATOS E BARATOS - PAG.: 2

POSITIVA - CM.: 24 (12 x 2 col)

População de Imperatriz discute questões do Judiciário em audiência pública

População de Imperatriz discute questões do Judiciário em audiência pública

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão realizará, em Imperatriz, audiência pública, nesta quintafeira (17), no auditório da Associação Comercial. Na ocasião, o ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten, receberá manifestações da comunidade que possam contribuir com o aperfeiçoamento dos serviços judiciais.

O evento envolverá autoridades, estudantes, professores, representantes da sociedade civil organizada, membros de instituições públicas e comunidade em geral das comarcas do Polo Judicial de Imperatriz, do qual fazem parte Açailândia, Alto Parnaíba, Amarante, Arame, Balsas, Buriticupu, Carolina, Estreito, Grajaú, Itinga, João Lisboa, Montes Altos, Porto Franco, Riachão, Senador La Rocque e Tasso fragoso.

As manifestações apresentadas serão encaminhadas aos setores competentes no âmbito do Poder Judiciário. As dúvidas da comunidade sobre questões ligadas à Justiça Estadual serão esclarecidas em tempo hábil – até 20 dias úteis.

A Ouvidoria é o órgão do Judiciário criado para receber reclamações, denúncias, dúvidas e buscar uma maior aproximação entre a população e a Justiça estadual. "As atuais ouvidorias judiciárias devem funcionar como órgãos de representação da população perante o Judiciário e têm a função de receber e encaminhar reclamações, críticas e sugestões visando o aperfeiçoamento do Poder Judiciárjo", avalia o desembargador Paulo Velten.

AÇOES PLANEJADAS – A audiência será a quarta promovida pela Ouvidoria este ano e está entre as ações planejadas pelo setor, para promover maior aproximação entre o Poder Judiciário e a sociedade. A primeira aconteceu em Chapadinha, no mês de março; a segunda, em maio, no Polo Judicial de Pinheiro; e a terceira em julho, na comarca de São João dos patos.